

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **JOÃO PENTEADO NA TERRA DO “QUERO, POSSO E MANDO!”: POSSIBILIDADES DE FONTES CARTORIAIS NO RESGATE DA INFÂNCIA DE UM INTELLECTUAL E PROFESSOR ANARQUISTA<sup>1</sup>.**

BARBOSA, Daniel da Silva<sup>2</sup>

### **Introdução**

Este artigo se propõe compartilhar de levantamentos documentais que descortinam a infância de um anarquista muito importante para a história do ensino libertário no Brasil. A proposta está no debruçar sobre esta documentação e cruzá-la com bibliografias e outras fontes primárias na busca assertiva sobre o período da vida de João Penteado no município de Jaú entre 1877 e 1890. A expectativa é compreender melhor os ambiente familiar e intersocial que sua família participou em Jaú, assim como levantar hipóteses que justifiquem os caminhos pelos quais Penteado cruzou em seu desenvolvimento humano e que contribuíram para suas tomadas de posições em momentos diferentes de sua vida. A fundamentação teórica e o método que foram propostos na investigação é a Sociologia Cultural de William Raymond, sobretudo seu ponto de vista sobre as produções intelectuais dentro de círculo cultural restrito.

### **A fundamentação teórica e a metodologia**

Raymond Williams partiu de ideia de uma cultura em comum aos grupos de uma mesma sociedade, enquanto espaço de disputas políticas e sociais. Identificando uma cultura hegemônica – sistemas de significações e valores central, efetivos e

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma adaptação de um capítulo da dissertação de mestrado “João Penteado, um professor de educação básica enquanto intelectual orgânico: atitude libertária como princípio gerador para a construção da autonomia e da liberdade” que está em produção no Programa de Pós-Graduação Docência para Educação Básica da UNESP-Bauru no ano de 2020/21.

<sup>2</sup> Mestrando do programa de Pós-Graduação Docência para Educação Básica da UNESP-Bauru. Email: [ds.barbosa@unesp.br](mailto:ds.barbosa@unesp.br)

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

dominantes -, Williams (2011) reconheceu haver dentro dessa cultura espaços para conflitos e culturas alternativas ou opostas na busca de soluções para crises existentes no espaço social. No entanto, tais culturas encontram limites para sua existência conforme seus novos significados, valores e práticas ou resistência da cultura hegemônica (WILLIAMS, 1992).

Neste artigo não chegaremos até a produção intelectual dos grupos de afinidade que João Penteado compartilhou na cidade de Jaú, porém, antes dessas produções houve uma experiência de vida nutrida um espaço social que procuraremos destacar de maneira introdutória neste artigo, do qual nos orientamos por certos questionamentos:

algumas ideias ou atividades partilhadas foram elementos de sua amizade, contribuindo diretamente para a sua formação e distinção enquanto um grupo e, indo além, se havia qualquer elemento na maneira como eles se tornaram amigos que aponta para fatores sociais e culturais mais amplo? (WILLIAMS, 2011, p. 203).

Esse convívio anterior é significativo, pois determinou João Penteado formas de se reconhecer no espaço social urbano em Jaú. Para refletir as informações que iremos trabalhar com as fontes cartoriais de Joaquim de Camargo Penteado, pai de João Penteado, é preciso reconhecer dois pontos: limites e possibilidades da fonte e a contextualização histórica da produção desta fonte.

## **As fontes cartoriais e seu contexto histórico**

Se tratando de um inventário, o principal documento desta fonte, há o limite de sua natureza econômica, pois há listas de bens materiais e seus destinos (FURTADO, 2011). No entanto, essas informações possibilitam um arranjo das condições socioeconômicas dos Camargo Penteado e seus entrelaçamentos familiares ao migrar para o povoado de Jaú em 1859. Devido à ausência de uma catalogação oficial no local armazenamento, procuramos nomear os outros documentos segundo as funções cartoriais (Inventário, 1869; Petição, 1877; Auto de Impetração, 1877; Autuação, 1881; Pedido de Emancipação, 1884). Tais documentos em conjunto ajudam a definir o destino dos bens, bem como recortam o círculo político-social de seu pai durante a infância de João Penteado. Por facilidade, chamaremos desse conjunto de fontes de

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

*Inventário de Joaquim de Camargo Penteado*, já que é nomeado dessa forma no Arquivo Municipal de Jaú.

A contextualização do momento histórico da fonte exige algumas linhas a mais. As quatro bibliografias consultadas sobre a história de Jaú foram: Sebastião Teixeira (2009), Luis Fernandez (1955), Flávia Arlanch Martins Oliveira (1999) e Hamilton Chaves (2006), cada qual com sua abordagem, construíram e/ou reforçaram um recorte de temático apenas: os “fundadores do povoado”, mesmo que reconhecessem conflitos e tramas. Essa luz que focou nesse recorte ofuscou o espaço sociocultural mais marginal da história jauense. Direcionaremos nosso olhar para esse espaço ausente da luz oficial. Quem viveu no breu das fontes oficiais?

Cabe primeiro olhar para essa luz. As terras do primeiro morador da região foram vendidas em dois lotes: um para Joaquim de Oliveira Mattozinho e outro para Francisco Gomes Botão (TEIXEIRA, 2006; CHAVES, 2006, FERNANDEZ, 1953, OLIVEIRA, 1999). Na década de 1840, participantes da Revolução de 1842 se abrigaram e se juntaram aos primeiros proprietários da Jaú. Já na década de 1850 e 60 a família Pereira de Carvalho, organizou o Partido Liberal, primeiro partido da cidade (OLIVEIRA, 1999). Em 1958 uma família de grandes posses e envolvida com a política provincial chegou na região, eram os Almeida Prado (JESUS, 2018). José de Almeida Prado comprou as terras de Francisco Gomes Botão dividindo-a entre seus quatro filhos e dois cunhados. Essas terras foram divididas em seis troncos familiares cujos respectivos chefes eram: Francisco de Assis Bueno (tronco I), Joaquim Pires de Campos (tronco II), Lourenço de Almeida Prado (tronco III), Vicente de Almeida Prado (tronco IV), Francisco de Paula de Almeida Prado (tronco V), e João de Almeida Prado (tronco VI)<sup>3</sup>. Na década de 1860, o líder do tronco III fundou o Partido Conservador da cidade.

A Lei de Terras de 1850 permitiu manobras para a aquisição de terras, pois tal legislação deixara um espaço jurídico para que proprietários mais poderosos contratassem “bons advogados que ao interpretarem a lei abriam brechas que os favoreciam” (1999, p. 32). Utilizando de práticas fraudulentas e do uso de violência, bem como de influências da burocracia jurídica local, esses proprietários se apossavam de grandes quantidades de terras. Essa associação da posse de terras ao poder político é

---

<sup>3</sup> Oliveira (1999) realizou uma pesquisa aprofundada sobre a estrutura familiar dos Almeida Prado em Jaú. É dessa historiadora essa organização em troncos familiares.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

justificada por Nelson Nery Costa que, no seu estudo sobre da história dos municípios no Brasil, afirmou que a nomeação de Vila já bastava para organizar Câmaras Municipais, cujo poder estava desde a organização de escolas, proteger o povoado de injúrias e obscenidades contra a moral pública, ditar os Códigos de Posturas, nomear seus empregados, “que eram os escrivãos, o procurador, um porteiro e ajudantes, fiscais e seus suplentes, bem como juízes de paz, a quem competiam julgar as multas por contravenções das posturas municipais” (COSTA, 2014, p. 75).

Jaú subiu para Distrito em 1858, para Vila em 1866 e Cidade em 1889. Daí coincidentemente, os primeiros juízes de paz fora o capitão José Ribeiro de Camargo, Luis Pereira Barbosa e Antonio Ferreira Dias. Entre os primeiros juízes municipais tiveram nomes como Antonio Ferreira Dias e Manoel Vidal Gonçalves Neves Navarro. E os primeiros delegados de polícia foram nomes como o de Antonio de Moraes Navarro e seus suplentes Manoel Vidal Gonçalves Neves de Carvalho e Capitão José Ribeiro de Camargo. Fase de hegemonia do partido liberal.

Após elevar-se a Vila, um evento significativo ocorreu, deixando transparecer com maior clareza os interesses no jogo político e a questão de terras. Em 1868, criou-se uma mesa eleitoral para votação dos futuros vereadores e juiz de paz. A confusão já iniciou com o nome do escrivão, responsável por organizar a mesa eleitoral. Liderança do Partido Liberal e Partido Conservador disputavam a nomeação do escrivão. Nenhum juiz de paz quis dar sequência no pleito. No interior da matriz, local do pleito, depois de muita violência e após o terceiro juiz de paz nomeado para dar fim no pleito foi que a eleição ocorreu e marcou a entrada dos conservadores na política jauense (TEIXEIRA, 2009; CHAVES, 2006)<sup>4</sup>.

Qual associação possível entre contexto político jauense e a família Camargo Penteadado? A primeira Câmara Municipal teve Francisco de Assis Bueno como presidente, que apesar de ser ligado aos Almeida Prado era do partido conservador. A

---

<sup>4</sup> Apesar de o contexto histórico apontar para uma população pequena nas primeiras décadas de fundação do povoado de Jaú, em 1872 já havia mais de 6 mil habitantes livre e 906 escravizados. Um olhar pouco mais atento na lista de sorteados para a primeira sessão de júri em 1868, que por sinal o sorteio e primeira sessão ocorreram nas residências dos membros políticos, há uma diversidade muito grande de famílias que residiam na Vila, tais como: Gonçalves de Cunha, campos Arruda, Martins, Pereira de Barros, Silva, Cardoso, Pereira de Carvalho, Camargo Penteadado, Sampaio Bueno, Lima da Fonseca, Antonio Ramalho, Pereira Barbosa, Bueno Brandão, Almeida Prado, Figueira de Azevedo, Prudente de Mello, Antonio de Abreu, Oliveira Mattozinhos, Oliveira, Leme de Arruda, Ferreira Simões, Freitas, Cunha, Navarro, Pacheco e Barbosa (TEIXEIRA, 2009, p. 59). Com essa informação, olhar para os nomes de escrivão, delegado ou vereadores gera um pouco de suspeita.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

questão política tem sentido em nossa análise, pois Joaquim de Camargo Penteado foi vereador na segunda Câmara, de 1869 e 1872 (TEIXEIRA, 2009; CHAVES, 2006), logo depois a confusão na votação de 1868. E como Joaquim Penteado se envolveu nesse emaranhado político? Para lançar luz sobre essa questão analisamos o Inventário da finada segunda esposa do pai de João Penteado. Muitas fontes documentais e pesquisas acadêmicas se limitaram em informar que Joaquim de Camargo Penteado chegou a Jaú junto com Lourenço de Almeida Prado quando esse se radicou na cidade em 1859<sup>5</sup> não indo além dessa informação. Homem de confiança do primeiro presidente da Câmara municipal, o tenente Lourenço de Almeida Prado, Joaquim Penteado foi levado a Jaú para ajudá-lo em sua instalação no novo território. Essas informações devem, no mínimo, aguçarem indagações sobre as condições reais de vida da família Camargo Penteado.

O caminho que percorremos para lançar luz sobre essas indagações foram o diálogo com o conjunto de fontes históricas *Inventário de Joaquim de Camargo Penteado*. Neste conjunto de documentação encontram-se o Inventário *post-mortem* do falecimento da segunda esposa – dona Maria Amália - de Joaquim Penteado<sup>6</sup> (João Penteado é filho com a terceira esposa), o pedido para emancipação de dois escravos conforme os Fundos de Emancipação cujo retorno financeiro foi de 2:700\$000, o pedido para utilização das finanças dos Fundos de Emancipação para compra de duas residências na cidade, o pedido para emancipação através dos Fundos de Emancipação de outro escravo, e por fim, o pedido de seu filho José Pedro do segundo casamento para se emancipar-se. Este retorno serviu para a compra de duas casas na Vila de Jahú (Petição A, 1877) para o filho legítimo do casal, José Pedro de Camargo Penteado que emancipou-se em 1884 (Emancipação). A Atuação (1881) se tratou de um pedido de Joaquim Penteado para emancipar o filho Caetano dos dois escravos emancipados pelo Fundo de Emancipação para lhe oferecer educação. Qual a importância dessas fontes?

---

<sup>5</sup> FERNANDEZ (1955, p. 26), PERES (2012, p. 55) e SANTOS (2009, p. 139) são algumas excelentes pesquisas sobre João Penteado.

<sup>6</sup> Propomos identificar esse conjunto de documentação como “Inventário de Joaquim de Camargo Penteado” (IJCP), pois seu registro no Arquivo Municipal de Jaú assim o registrou. São fontes cartoriais que formam quatro documentações que nomeamos individualmente segundo suas respectivas titulações seguida da data: Inventário (1869); Petição A (1877); Auto de Impetração (1877), Petição B (1881) e Emancipação (1884).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## A família Camargo Penteado e as disputas políticas em Jaú

Entre a chegada a Jaú, em 1859, e o nascimento de Penteado, em 1877, seu pai estabeleceu um tipo de relação com a cidade nada além da estrutura de “parentela” mencionada por Oliveira (1997, p. 52), mas foi desgastada à medida que a liderança política dos Almeida Prado se renovava. Joaquim de Camargo Penteado foi casado três vezes. Sua segunda esposa provavelmente faleceu em Tietê ou Itú, cidade de origem e cidade onde se casou com a segunda esposa. Essa esposa era Maria Amália de Oliveira e Mello (Inventário, 1869)<sup>7</sup>, foi filha do líder familiar do tronco I da família Almeida Prado instalada em Jaú, Francisco de Assis Bueno. No entanto, Joaquim e Maria Amália vieram já em 1859, juntamente com o chefe do tronco III, Lourenço de Almeida Prado - primeiro dos chefes familiares dos Almeida Prado a se instalar em Jaú – por ter um bom relacionamento digno de fidelidade (FERNANDEZ, 1955).

É importante ressaltar que além de Joaquim de Camargo Penteado, outro Camargo Penteado se instalou na Cidade. Oliveira (1997, p. 63) desconheceu as origens de Joaquim quando destacou em sua obra apenas a chegada em Jaú de José de Camargo Penteado, casado com a filha de Joaquim Pires de Campos – chefe do tronco II -, Antonia de Almeida Prado. Assim, os Camargo Penteado iniciaram sua vivência em Jaú com duas ramificações familiares (com Joaquim e José) inseridos na rede de parentela com a mesma família Almeida Prado.

Maria Amália faleceu em 11 de dezembro de 1868, segundo seu Inventário (1869), deixando como bens o sítio Saltinho de cinquenta e um alqueires e objetos materiais cuja somatória era de 6:251\$500<sup>8</sup> e o filho José Pedro, de cinco anos de idade. Desses bens, Joaquim de Camargo Penteado ficou com parte das terras e suas benfeitorias, além do escravo Luis. Parte dessas terras foi utilizada para pagamento de dívidas de Maria Amália com a família, o que pode levantar alguma suspeita já que a família realizava arranjos para que as terras permanecessem nos domínios da família

---

<sup>7</sup> No Inventário de sua falecida esposa (INVENTÁRIO, 1869, p.05), Joaquim Penteado declarou que sua esposa era filha legítima de Leonor de Almeida Prado e Francisco de Assis Bueno. O curioso é que nos autos ficou aparentemente definido que quem passou a ser nomeado como espécie de curador especial de órfão foi Francisco de Assis Bueno não o pai Joaquim Penteado.

<sup>8</sup> O valor se distribui 146\$500 em animais e móveis, 3:900\$000 com dois escravos adultos - Firmina e Luis - e 100\$000 por sua filha Constança de dois anos, 2:135\$000 no valor do sítio com 300 pés de café (INVENTÁRIO, 1869, f.12).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(OLIVEIRA, 1999). O Major Francisco de Paula de Almeida Prado<sup>9</sup>, enquanto curador do órfão José, ficou com a escrava Firmina e sua filha Constança, além de uma porcentagem de pastos do sítio.

No documento Petição (1877), Joaquim de Camargo Penteado entrou com pedido, em nome de seu filho José, para emancipação das escravas Firmina e Constancia, já com doze anos, fazendo uso dos Fundos de Emancipação de escravos para a aquisição da quantia de 2:500\$000. Com esta quantia, Joaquim Penteado, novamente em nome do filho José, deu entrada de compra de duas casas na cidade de Jaú no valor total de 2:500\$000, uma casa na rua das Palmas (rua Major Prado) pertencente a Barbosa & Irmão a casa de Emilio Ferreira de Moraes na rua da Palma, que passou a se chamar rua Marechal Bittencourt (AUTO DE IMPETAÇÃO, 1877, f. 03).

Provavelmente a casa da Rua das Flores, onde Joaquim residiu, possa ter sido passada para seu nome e foi nesta residência que João Penteado nasceu em 1877. E a outra residência, mais no centro da cidade, ficou em nome do herdeiro filho José, que pediu e teve emancipação de seu pai Joaquim em 1884<sup>10</sup> e passou a frequentar o rol das elites comerciais econômicas da cidade<sup>11</sup>.

Num nível de fidelidade e confiança com o fundador do Partido Conservador de Jaú, Lourenço de Almeida Prado, e casado com a filha do segundo chefe do partido, Francisco de Paula de Almeida Prado, Joaquim Penteado foi eleito vereador na segunda Câmara municipal de Jaú (1869-1872), totalmente conservadora. Mesma Câmara onde mais dois sobrinhos de Lourenço eram vereadores (Francisco Pacheco de Almeida Prado e João Ferraz de Almeida Prado). Os Almeida Prado estabeleceram em Jaú o que já faziam na província de São Paulo há gerações (OLIVEIRA, 1997). Observando a Ata

---

<sup>9</sup> Francisco de Paula de Almeida Prado se tornou chefe do Partido Conservador após o falecimento do primeiro chefe e fundador, Francisco de Almeida Prado em 1873 (TEIXEIRA, 2009, p. 102).

<sup>10</sup> José Pedro de Camargo Penteado (nascido em 29 de junho de 1864 e falecimento em 20 de dezembro 1912), conseguiu sua emancipação já com 20 anos, segundo consta no documento Autuação (1884).

<sup>11</sup> Oliveira (2008, p. 103) citou o nome de José num crime envolvendo uma família muito rica de comerciantes da cidade, destacando José como amigo íntimo do acusado Carlos Lesbeis.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da tesouraria da Câmara<sup>12</sup>, foi possível perceber que Joaquim Penteado tinha agilidade com contabilidade, daí ter sido destacado para realizar pagamentos, emitir balanços, assinando como procurador da Câmara. Esta Câmara significou uma mudança de poder político do partido liberal para partido conservador, sob o comando da família Almeida Prado juntamente com a família Pereiras de Carvalho.

Em 1873 faleceu Lourenço de Almeida Prado e Francisco de Paula d Almeida Prado se tornou o chefe do Partido Conservador e o líder articulador da família Almeida Prado redirecionando o poder da família e da política jauense. Joaquim Penteado não mais empreendeu diretamente em articulações políticas. O que se sabe pelas fontes foi que entrou para o correio jauense e lá esteve até sua morte em 1891. Sobre as condições de trabalho nesta função em Jaú, onde João Penteado auxiliou o pai no final de sua vida, Fernandez escreveu:

A agência foi instalada numa casa na Rua das Flores, com tosco balcão e ridícula prateleira, mais tarde mudou-se para a rua do Comércio, depois Amaral Gurgel. Foram agentes dos Correios José Luis Barbosa, Joaquim Campos Penteado que ficou de 1887 até 1890. [...] Poucos ficaram na função por muito tempo, pois exigia pesadas tarefas com poucos ganhos (FERNANDEZ, 1955, p. 10).

Ficou nítido nas linhas acima as condições em que Joaquim De Camargo Penteado terminou sua vida em Jaú e as condições as quais a João Penteado teve que enfrentar a chefia da família na ausência do pai.

### **Ninguém nasce anarquista! O nascimento e a infância de João Penteado**

No prólogo de *Anarchism*, de 1963, George Woodcock colocou sob suspeita a frase de Sebastien Faure “quem nega a autoridade e luta contra ela é um anarquista” (1963, p. 07) para destacar que o anarquismo é mais que essa simples afirmação. Porém, se olharmos essa afirmação segundo o pensamento de Kropotkin (2007), podemos dizer que pode ser seu início, enquanto cultura da resistência. A negação de uma injustiça, egoísmo ou autoridade que prejudique a Humanidade é o princípio da sobrevivência da espécie (KROPOTKIN, 1913, p, 34) baseado no “sentimento moral do homem como a

---

<sup>12</sup> Diversas emissões foram constatadas: ordenações de empregos, limpeza de Cadeia, expedientes de juiz, consultas. Numa despesa assinada por Joaquim Penteado consta a soma de mais de 300\$000. Ver: Arquivo 1241: Documentos da Tesouraria – Museu Municipal de Jahú: 1869-1874.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sociabilidade e a própria sociedade” numa empatia recíproca entre os membros da espécie. O anarquismo, segundo Kropotkin, é a base filosófica que orienta esse sentimento característico da sobrevivência da espécie humana. Portanto, o anarquista primeiro foi um negador do que considerava prejudicial para o bem comum, depois passou a refletir uma sociedade possível ante essa negação.

Claro que *a priori* fica simples justificar o porquê João Penteado ou qualquer outro anarquista se tornou um libertário, bastaria dizer que as mazelas e injustiças que conviveu os levaram ao comportamento e interpretação do mundo segundo os princípios anarquistas. Mas surgiria a dúvida: olhando para toda a sociedade, porque um e o outro não optou por essa interpretação de mundo? Para elucidar nossas dúvidas, algumas reflexões introdutórias sobre o espaço urbano sobre o qual João Penteado viveu podem gerar algumas assertividades sobre os diálogos com as fontes.

Sabe-se que João de Camargo Penteado nasceu em 04 de agosto de 1877, filho do terceiro casamento de Joaquim de Camargo Penteado com Isabel Arruda Camargo (PERES, 2012; FERNANDEZ, 1955) na casa da rua das Flores, a mesma que provavelmente pertenceu ao seu irmão do segundo casamento de seu pai, José Pedro. Esse terceiro casamento gerou quatro irmãos, João, Sebastiana, Jonathas e Joaquim<sup>13</sup>.

É provável João Penteado conviveu até os 4 anos com outra criança, um escravo de nome Caetano, com não mais de 9 anos até 1881. Um pedido feito ao Juiz de Órfão em 1881 de permissão para emancipar um escravo menor de 10 anos através dos Fundos de Emancipação, sob a alegação seguinte:

Diz Joaquim de Camargo Penteado residente nesta Villa, que tendo de ser [sic] no dia 16 do corrente mez, pelo fundo de emancipação de escravos de nome Caetano, filho de Luiz e Firmina, ambos libertos, cujo escravo pertence ao filho do suplicante, este escravo pertence ao filho do suplicante, este escravo nascido e criado em a casa do suplicante existe até hoje em sua companhia, aconteceu que este escravo é menor de 10 anos, e precisa de alguma educação, e como o suplicante entende que os seus pais não pode dal-o uso educação; pois que Luiz vive apartado de sua mulher já a muitos annos, [...], nunca se importou com os seus filhos, tanto assim que sua filha de nome Constança, que já foi libertada pelo mesmo fundo de emancipação; [sic], e vive daqui para até sem auxilio alguns de seu pae e mãe, e Firmino também vive um vida imoral como é muito sofrido, e pois isso o suplicante entende que ambos os Paes não estão na casa de ficas com o menor, visto as circunstancias alegadas, [...] que sujo a casta de liberdade ao dito menor, que seja em mediatamente pois seu suspeitando despacho [...] ao suplicante o dito menor, para dal-lo alguma educação (ATUAÇÃO, 1881, f. 05).

---

<sup>13</sup> MORAES et al, 2013, p. 374.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A criança escravizada pertenceu ao filho José Pedro, que nesta época tinha dezoito anos, mas o garoto escravizado residia na casa de Joaquim. Então conviviam no dia-a-dia, mesmo que por um breve momento, João Penteado com 4 anos e seus irmãos junto com Caetano próximo dos 10 anos. Levantando os números totais de escravos na cidade de Jaú na década de 1880 podemos compreender melhor essa relação. Segundo Fernandez (1955), 1.384 escravizados no povoado, sendo destes 506 menos que a Lei do Ventre Livre emancipou, e apenas 34 escravos urbanos. Segundo Iglésias (2004), o preço que o Fundo de Emancipação pagava por escravo era de 600\$000, mas não há como saber se esta transação converteu essa quantia para Joaquim ou ficou inteiramente para o proprietário, seu filho José Pedro, o que nos esclareceria a posição de Joaquim frente à questão da escravidão, o que provavelmente refletiu na educação de João Penteado. As palavras contidas no documento logo acima não podem nos dar respostas, visto que o objetivo era levantar justificativas que convencessem o Juiz de Órfão conceder a emancipação. No entanto, dão pistas sobre a infância de João Penteado.

Não podemos ignorar que o escravo Caetano fazia parte de uma família de escravos (o casal Firmina e Luis e a filha Constança) separada por uma sociedade escravista que, desde sua fundação, se desenvolveu com braços escravos (FERNANDEZ, 1955; TEIXEIRA, 2009), abrindo estradas e produzindo café. À medida que o ambiente urbano se desenvolveu, os escravos permaneceram majoritariamente no campo com a senzala e a plantação de café. O ambiente urbano de Jaú teve como característica seu desenvolvimento dentro de um contexto de migração interna – do nordeste para o sudeste - de escravos para a economia cafeeira, e seu preço era bem alto já que havia restrições para o tráfico de escravizados africanos; assim a concentração dos escravos se limitou a um número restrito de famílias proprietárias de terras (CASTRO, 1997). Apesar de haver uma pluralidade étnica na sociedade jauense, houve pouco espaço visível para o cativo no ambiente urbano. E no caso do liberto podemos tomar como exemplo as condições que Joaquim descreveu os rumos que a família de Caetano tomou.

Outro ponto de vista que pode ser destacado é o uso da educação no trecho de Joaquim Penteado. O fato de Joaquim ter justificado a necessidade de educação do cativo como princípio para sua liberdade ao invés do princípio de família é algo a

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

considerar, pois a Lei do Ventre Livre, de 1871, incluía responsabilidades sobre a criança filha da escrava pelo dono da mãe cativa, mesmo que eles não estivessem dispostos a isso. Mas pela lei, os proprietários eram obrigados dispor de meios de educação para essas crianças (VILLELA, 2010). Portanto, juridicamente temos um início da educação como princípio de civilidade para os libertos com essa Lei e Joaquim usou dessa justificativa já que o direito de constituir família foi negado a Caetano e família para não sobrepor-se ao direito do proprietário dos cativos.

O documento em questão é datado de dezessete de novembro de 1881. Nesta data João Penteado tinha 4 anos e 3 meses de idade. Nessas condições, utilizamos da psicologia do desenvolvimento de Lev Semionovitch Vigotski para uma possível análise da infância de João. Segundo Vigotski,

a memória, em fases bem iniciais da infância, é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções. [...] a criança expressa um resumo muito claro das impressões deixadas nela pelo tema em questão, e que ela é capaz de lembrar (VIGOTSKY, 2007, p. 47-48).

O que o autor afirmou no trecho acima é que a criança constrói seu pensar conforme suas impressões deixadas pela sua experiência. E como o ato de pensar, as recordações começam a conduzir as ações infantis<sup>14</sup>. Mas crianças na idade de nosso personagem não são capazes de realizar formas intencionais de memorização se não for lhe ensinado cotidianamente, ou seja, num exercício contínuo e longo. Podemos supor que, aos quatro anos, João Penteado não teve experiência suficiente com Caetano para construir uma memória intencional que lembrasse o cativo no futuro. Mas, de alguma forma, essas experiências da família Camargo Penteado poderiam ter permitido que seus filhos tivessem com Caetano - com ausência da estrutura serviçal da própria escravidão – uma vivência onde reconhecia uma relação interpessoal mais próxima de uma horizontalidade. Tal hipótese limitada a essa experiência não se sustentaria, então quais outras experiências seriam responsáveis? Talvez o meio social fora do ambiente familiar poderia responder. Vamos levantar algumas informações sobre o espaço urbano onde viveu João Penteado.

### **Um giro pelo ambiente urbano jauense: a rua das flores**

---

<sup>14</sup> Ver ESCUDEIRO, 2014, p. 53.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A rua das flores foi o local de nascimento de João Penteado. Na obra de Fernando Peres (2012) temos um mergulho sobre os grupos de afinidades de João Penteado, onde o autor percebeu uma influência demasiada no círculo da comunidade espírita, tendo personagens que mais tarde Penteado fez homenagem com sua obra *Digressão Histórica...* (PENTEADO, 1953). Mas qual a importância dessa rua para o ambiente geográfico da cidade de Jaú?

Oliveira (2013), destacou que a Rua das Flores foi o grande centro do comércio até a chegada da ferrovia na cidade, em 1887. Nela se instalaram diversos imigrantes que tinham condições financeiras para abrir lojas comerciais, sobretudo na década de 1880. Antes disso, o meio urbano jauense era espaço de

um número significativo de prostitutas, pessoas que praticavam pequenos furtos, escravos e ex-escravos, trabalhadores braçais que aceitavam qualquer tipo de serviço e vendedores ambulantes (OLIVEIRA, 2013, p. 28).

As famílias proprietárias das fazendas permaneciam no meio rural. Em meados dessa década a migração deu um salto sem precedentes, saltando em pouco mais de dez anos de 7512 habitantes para 18.341 em 1888. Nesse final de década a rua das Flores tinha mais de 95% dos estabelecimentos comerciais da cidade, sendo 60% de italianos. Havia estabelecimentos comerciais de famílias ricas como Miraglia, Nardini, Machesan, Romano e Peccioli. Entre esses comerciantes imigrantes tinha a categoria que chegou com mais recursos para montar seus negócios e a categoria miserável que saiu das fazendas improvisando meios de sobrevivência, mas que não passavam ambulantes vivendo com poucas condições.

Entre os imigrantes italianos, maioria esmagadora dos estrangeiros que chegaram a Jaú, tinham os vênedos do nordeste italiano que passaram a exercer profissões como barbeiro, camareiro, lenhador, taberneiro, ambulantes, o que os deixavam distantes das elites locais. Os sulistas italianos conseguiam mais oportunidades de vencer em Jaú, sobretudo na construção civil, marmoraria, comércio, deixando claro sua aproximação com as famílias das elites locais (OLIVEIRA, 2008).

A ferrovia somou-se à modernidade preterida pelos jauenses, mesmo sob um ambiente de crise econômica. A partir de 1886ª economia cafeeira iniciou um novo ciclo de ascensão dos preços e procura do mercado externo que se seguiu até 1890, no entanto

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a elevação da taxa cambial a partir de 1887 limitou essa alta. A política monetária do Império de emissão de notas e facilitação de créditos aos cafeicultores nesta década aumentou a dívida externa (FAUSTO, 1997). Esse contexto gerou um *boom* na produção cafeeira que resultou no *Funding-Loan* de 1898, encarecendo os gêneros alimentícios. A grande safra de 1897 foi o preço declinar. Vicente de Carvalho Dizia em 1901 que o grande problema do café é sua superprodução (CARVALHO, 1901).

O período onde João Penteado tentou enveredar na prática da lavoura, como mencionou Fernandez (1955), foi após o falecimento de seu pai em 1891. Quando tinha 14 anos e liderando a família a crise cafeeira que se instalou. Os desenvolvimentos estruturais da cidade – calçamento, rede de esgoto, iluminação pública, abastecimento de água – se desenvolvem na década de 1890. À custa de impostos, mesmo sobre uma crise que gerava o aumento do custo de vida. Tanto é que surgiu uma greve dos carroceiros em 8 de janeiro de 1891 contra a nova tabela de impostos para financiar tais modernizações (TEIXEIRA, 2009). A ferroviária deslocou o espaço comercial da Rua das Flores, que ficava na margem direita da cidade, mais para o centro, local de palacetes e grandes comércios (OLIVEIRA, 2013).

Através da Imprensa local, as elites políticas passaram a almejar um progresso local com um discurso modernizador, a partir da década de 1890 (PAIVA, 2001) e isso se mostrou na narrativa de Teixeira (2009) escrita em 1898. A transformação se estabeleceu na área central reorganizando o espaço urbano da cidade e selecionando os transeuntes que frequentavam os locais modernos, como os jardins arborizados do centro. “O centro da cidade foi sendo tomado pelos casarões que a elite agrária construía buscando os padrões estéticos europeus” (PAIVA, 2001, p.132).

A Rua das Flores sofria uma importante reformulação social. Na década de 1890, essa rua recebia portugueses como Alberto Gomes Barbosa. Paulino de Oliveira Maciel iniciou o espaço de convívio espírita apenas em 1904, em sua casa num ponto de destaque do centro de Jaú (FERNANDEZ, 1955), posteriormente fundando o Centro Espírita União, Paz e caridade em 1908. E se o contato de João Penteado com a literatura espírita de Maciel proporcionou uma circulação de ideias no grupo de afinidade espírita, como afirmou Peres (2012).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por outro lado, a própria questão de transição e tensão do remodelamento social seria o ponto inflexão. Afinal, há no espiritismo brasileiro a questão dos limites religiosos e positivista (FERNANDES, 2008), que coloca em dúvida a possibilidade de uma ambientação intelectual de tanta possibilidade de questionamento ao ponto de gerar o germe de um sentimento de contestação que poderia formar bases para algo como a cultura da resistência que Francisco Foot Hardman escreveu (2002). Carlo Romani (2002), ao resgatar as aventuras e perigos de Oresti Ristori pela região de Jaú em 1905, nos proporciona a ideia de que João Penteado poderia ter tido um contato mais próximo com as ideias anarquistas através de Ristori. Num texto escrito para um jornal local em 1913, sua experiência de vida em Jaú foi canalizada nas palavras anarquistas de João Penteado quando adjetivou Jaú como uma terra do “quero, posso e mando!” (BARBOSA, 2008, p. 82).

## Considerações finais

O contato com a biblioteca de Maciel e com o anarquismo de Ristori ocorreu no momento em que Penteado já tinha por volta de seus 28 anos, quando sua personalidade já havia sido moldada pela experiência que Penteado teve desde seus 14 anos na sociedade urbana jauense. Dentro dessas reflexões e indagações, é preciso aprofundar mais nos grupos de afinidades do círculo de João Penteado: quem eram na sociedade jauense os participantes do espaço espírita onde Penteado frequentava? Quem eram os homenageados de Penteado em suas obras dentro da sociedade jauense? Qual o grupo social que imprimia o jornal *Jahú Moderno*, espaço onde Penteado publicou alguns de seus pensamentos? Essas investigações estão na mesma pesquisa do qual o presente artigo fará parte.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Daniel da Silva. **João Penteado entre o movimento libertário paulista e o tradicionalismo jauense** – polo Jaú. Jaú, 2008. Trabalho de conclusão de curso – Faculdades Integradas de Jaú.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CASTRO, Hebe M. Mattos de. **Laços de Família no final da escravidão. In.** ALENCASTRO, Luis Felipe de [org.]. **História da vida privada no Brasil: Império** – vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, Vicente de. **Solução da Crise do café.** São Paulo: Livraria Civilização, 1901.

FAUSTO, Boris. Expansão e Finanças nos Primeiros anos da República. In.:CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso [et al.]. **O Brasil Republicano**, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERNANDES, Paulo César da Conceição Fernandes. **Origens do Espiritismo no Brasil: diálogos, razão e resistência no início de uma experiência (1850-1914).** Dissertação de Mestrado em Sociologia – Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem patrão!:** memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. **O Brasil Monárquico: reações e transações** – Tomo III. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Da boca do sertão ao ouro verde:** Indaiatuba, Itu e a evolução da arquitetura rural paulista. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.11, n.1, jan-jul., 2018.

KROPOTKIN, Pior. **O princípio anarquista e outros ensaios.** Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedras, 2007.

KROPOTKIN, Pior. **A questão social:** o humanismo libertário em face da ciência. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1913.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Faces e dominação da terra (Jaú 1890-1910).** São Paulo: FAPESP, 1999.

OLIVEIRA, F. A. M. de. **Impasses no novo mundo:** imigrantes italianos na conquista de um espaço social na cidade de Jaú (1870-1914). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OLIVEIRA, F. A. M. de. **Afonso Lomonaco**: a visão de um viajante europeu sobre o Brasil do século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.26, nº 51, p.47-62.2006.

OLIVEIRA, F. A. M. de. **A Europa invade o sertão**: o impacto da chegada de imigrantes italianos na cidade de Jaú (1853-1914). Caravelle, 99, 2012, Publicado em 03 de dezembro de 2013, consultado em 06 de março de 2021. URL: <http://journals.openedition.org/caravelle/327>; DOI: <https://doi.org/10.4000/caravelle.327>

PAIVA, Maria Beatriz Vidal de. **O projeto urbanístico em Jaú**: a ação política e os desdobramentos socioculturais (1890-1920). Dissertação de Mestrado em História – Faculdades de Ciências e Letra – UNESP: Assis, 2001.

PERES, Fernando Antonio. **João Penteado**: o discreto transgressor de limites. São Paulo: Alameda, 2021.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2002.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Trad. José Cipolla, Luis Silveira Barreto, Solange Castro Afeche. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **O Círculo de Bloomsbury**. In.: **Cultura e Materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOODCOCK, George. **Anarchism**: a history of libertarian ideas and movements. Great Britain. Pelicans Books, 1963.

**FONTE DO ARQUIVO MUNICIPAL DE JAÚ:**

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Conjunto de fontes cartoriais **Inventário de Joaquim de Camargo Penteado:**  
Inventário, 1869; Petição, 1877; Auto de Impetração, 1877; Autuação, 1881; Pedido de  
Emancipação, 1884.

Ata da Câmara Municipal de Jahú. 1869-1872